



## Economia

### **CNS: alíquota maior em troca de desoneração da folha**

*Sílvia Pimentel*

Na contramão da campanha nacional que pede o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a Confederação Nacional de Serviços (CNS) está propondo o aumento da alíquota do tributo, hoje em 0,38%, em troca do fim da cobrança da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os empregadores são obrigados a contribuir com 20% do total de folha de salários. Assim, quanto maior o número de empregados, maior o custo.

Pablo de Sousa/LUZ - Newton Santos/Hype



Luigi Nese (esq.) diz que a sua proposta tem tido boa aceitação; mas Marcel Solimeo (dir.) faz ressalvas.

Estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido da entidade mostra que essa hipotética substituição elevaria o nível de emprego e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com reflexo positivo na formalização de empresas.

O estudo traça três cenários para a troca da tributação em folha pelo adicional da CPMF, levando em conta três alíquotas (0,5%, 0,8153% e 1%). Aplicando-se a alíquota de 0,8153% seria possível alcançar a arrecadação atual do INSS decorrente da cobrança das contribuições patronais calculadas sobre a folha de salários. Nessa simulação, o estudo aponta aumento de 1,75% do PIB e de 1,65% no emprego.

Na segunda hipótese, a parcela referente à contribuição de 20% sobre a folha seria obtida com a aplicação de uma alíquota de 0,5%. Nesse caso, o PIB cresceria 0,98% e o emprego, 0,92%.

Repercussão — Segundo o presidente da CNS, Luigi Nese, a proposta da entidade e o estudo já foram encaminhados ao governo. Para que o trabalhador não sofra o choque do aumento da contribuição, a sugestão prevê que o empregador deposite o valor da CPMF incidente sobre o salário. "Como ocorre hoje com os aposentados, que não recolhem o tributo sobre esse rendimento."

Questionado sobre possível repercussão negativa da proposta no momento em que indústria e comércio, sobretudo, pressionam pela não renovação da CPMF no Congresso – embora defendam também a desoneração da folha –, ele informou que

pesquisa recente, também encomendada pela entidade, mostrou a boa aceitação da idéia. Segundo o levantamento, feito em nove capitais, 64% dos entrevistados (de um total de 1.150) disseram ser favoráveis à majoração da alíquota da CPMF, de 0,38% para 0,88%, e 25% foram contrários à mudança.

Na prática, com a substituição o dinheiro arrecadado com o tributo seria direcionado ao custeio da Previdência. Para que a proposta seja viabilizada, é necessário mudar o artigo 195 da Constituição Federal. "O ideal seria substituir a cobrança em folha pelo adicional da CPMF. Mas se o governo insistir com os recursos da contribuição, seria possível criar um imposto nos mesmos moldes", afirmou Nese.

O diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Marcel Solimeo, vê com ressalvas a idéia. Para ele, a CPMF deve ser extinta porque é a única oportunidade que os contribuintes têm para forçar o governo a cortar gastos e a fazer reforma tributária. "Prorrogar a contribuição e aumentar a sua alíquota agravará ainda mais as distorções que ela provoca na economia."